



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☒ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Carlos Inacio Costa

Matrícula: 20201160070058

Título do Trabalho: A educação profissional como instrumento de pacificação do conflito de classes no primeiro governo Vargas (1930 – 1945)

Autorização - Marque uma das opções

1. (X) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
() Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Senador Canedo, 14/07/2022.
Local Data

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**

A handwritten signature in black ink, reading "Carlos Inacio Costa". The script is cursive and fluid, with the first name "Carlos" being the most prominent.

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS SENADOR CANEDO

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos Vinte Seis dias do mês de Janeiro do ano de 2022, às nove horas, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora **Prof. Rodrigo de Oliveira Soares (Orientador), Prof. Marcela Alves de Araújo França Castanheira e Prof. Rainer Gonçalves Sousa** sob a presidência do primeiro, realizado no Instituto Federal de Goiás, para procederem à avaliação da defesa do **Trabalho de Conclusão de Curso, com título A educação profissional como instrumento de pacificação do conflito de classes no governo Vargas (1930 – 1945)** (matrícula **20201160070058**), **Carlos Inácio Costa** discente do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica- Curso Lato Sensu. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se a conclusão que o trabalho foi **APROVADO**, com nota 10,0 considerando-se CONCLUÍDO este requisito para fins de obtenção de título de especialista pelo Instituto Federal de Goiás (IFG).

Prof. Rodrigo de Oliveira Soares

Presidente da Banca Avaliadora

Prof. Marcela Alves de Araújo França Castanheira

Avaliador

Prof. Rainer Gonçalves Sousa

Avaliador

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rainer Gonçalves Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 01/02/2022 10:24:47.
- **Marcela Alves de Araujo Franca Castanheira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 28/01/2022 19:16:55.
- **Rodrigo de Oliveira Soares, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 28/01/2022 18:11:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/01/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 240571

Código de Autenticação: 5cf5e16fe8



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Rodovia GO-403, Km 7, Quinhão 12-E, Zona Rural, SENADOR CANEDO / GO, CEP 75264.899
(62) 3612-2200 (ramal: 00)

A educação profissional como instrumento de pacificação do conflito de classes no primeiro governo Vargas (1930 – 1945)¹

Carlos Inacio Costa²

Resumo

Utilizando do materialismo histórico-dialético como método de análise, o presente trabalho visa compreender como a educação profissional, durante o primeiro governo Vargas (1930 – 1945), fez parte do projeto de cooptação da classe trabalhadora para capitalização política e, consequentemente, de pacificação do conflito de classes. Para tal, inicia-se compreendendo a planificação do governo para a situação social do país, principalmente ligada aos trabalhadores e sindicatos. Analisamos as principais transformações feitas por Vargas e seus aliados para pacificar os conflitos existentes entre 1930 e 1936, principalmente ligados ao mundo do trabalho e as demandas da classe operária. Em seguida, verificamos as transformações educacionais ocorridas entre 1930 e 1945, dentre as quais estão inseridas a criação do Ministério da Educação e da Saúde, reforma Francisco Campos, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, Constituições de 1934 e 1937 e as Leis Orgânicas da Educação de 1942. Por fim conclui-se com uma reflexão acerca da importância da educação para o projeto de pacificação nacional e como a educação industrial, especificamente, é oferecida para um público específico, os filhos da classe trabalhadora, visando manter esta em seu estrato social.

Palavras-chave: Educação profissional; Vargas; Pacificação.

Introdução

Com o início da Segunda República, em 1930, o governo liderado por Getúlio Vargas inicia um processo de reconfiguração do plano político e econômico do Brasil. Sem uma classe hegemônica, denominado por Francisco Weffort como Estado de Compromisso, as elites econômicas e políticas do país precisavam encontrar uma forma de solidificar sua posição no poder enquanto elaborava a próxima constituição da nação. Seu governo não tinha uma

¹ Trabalho de conclusão apresentado como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, defendido em 26 de janeiro de 2022

² Graduado em Licenciatura em História e pós-graduando em Especialização em Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica pelo Instituto Federal de Goiás – Campus Senador Canedo.

centralidade ideológica, como apontam Lippi, Velloso e Gomes (1982). Para as autoras, não houve unidade na doutrina do Estado Novo (LIPPI, VELLOSO E GOMES, 1982, p.8) e os discursos de Vargas é o que mais se aproxima de um pensamento oficial (LIPPI, VELLOSO E GOMES, 1982, p.31).

Ao longo dos primeiros anos foi construído um modelo que buscava a centralização do poder federativo e a industrialização a partir o desenvolvimentismo nacionalista. De forma lenta, o governo começa a criar mecanismos regulatórios e doutrinários que visavam criar um plano ideológico, que começa a ser posto em prática em 1937 com o início do Estado Novo. Por todo este período o governo encontrava um grande obstáculo no Brasil: décadas de movimentos operários que requisitavam condições melhores de trabalho e direitos trabalhistas.

A construção da identidade operária no Brasil data desde o século XIX, porém a ação política dos trabalhadores se torna mais expressiva no século XX por meio dos sindicatos comunistas e anarquistas que agiram em prol da classe, principalmente nas décadas de 1910 e 1920. Estes movimentos não eram novidade para Vargas, que nos anos seguintes à Revolução de 1930 inicia o processo de criação de direitos para os trabalhadores visando atender parte de suas demandas e, assim, mediar os conflitos entre funcionários e patrões. Apesar da falta de centralidade ideológica, o discurso de Vargas se organizava em torno da temática do trabalho. O trabalhador se torna o principal ator político do Estado Novo, e cria-se em torno dele um projeto articulado pelo próprio Estado. Havia o que Ângela de Castro Gomes descreve como a busca por uma identidade-operária, feita não só por um ator político, mas a disputa da palavra-operária:

A classe trabalhadora, por conseguinte, não está sendo entendida como uma totalidade harmônica, um sujeito unívoco em busca de uma identidade. Ela é tratada através do conjunto diferenciado de propostas que lutam e competem pelo monopólio da “palavra-operária”. (GOMES, 2005, p.25)

Porém, apenas conceder à classe trabalhadora uma série de direitos fracionados não era o bastante para garantir o poder nos próximos anos. Maurício Parada afirma: “Longe de ser uma instância pacífica, as ruas das cidades brasileiras após 1930 foram locais de intensa conflitividade e baixíssima regulação. ” (PARADA, 2009, p.9). Entre 1931 e 1936 o Brasil passou por intensos conflitos internos, principalmente no meio urbano, podendo ser listado diversos motins, marchas e revoltas ocorridas nestes anos. Desta forma, a pacificação da vida pública foi prioridade dentro do plano de reestruturação da nova ordem política. (PARADA, 2009).

O conflito entre os interesses do capital e o trabalhador estava longe de ser um problema exclusivamente nacional. Antunes e Pinto (2017) notam no discurso de Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915) a mesma preocupação.

Para Taylor, a “guerra” entre capital e trabalho se reduz a um problema gerencial, para cuja solução bastaria dividir “equitativamente” as atividades intelectuais e manuais entre gerência e trabalhadores/as operacionais (ainda que ambos fossem assalariados/as). Divisão que reservaria à gerência as atividades intelectuais e ao operariado as estritamente manuais, promovendo, assim, maior cooperação entre estes níveis e eliminação da “cera” no trabalho, isto é: o baixo rendimento proposital dos/as próprios/as trabalhadores/as. (ANTUNES e PINTO, 2017, p.19).

A transformação do operário em um ser estritamente operacional no ideário taylorista se desdobrou em novas formas de pensar a sua educação. A divisão do trabalho entre o trabalho intelectual, voltado para as classes média e elites, que ocupariam cargos gerenciais, e o trabalho operacional, feito para a classe proletária, criou novos limites para o que esta classe precisaria se especializar, educacionalmente falando, para agir dentro das cadeias de produção.

A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual tomou grande parte do modelo de organização das fábricas no Brasil. Consequentemente, o mesmo foi estendido para a educação, preparando os filhos da classe operária para se manter na função de trabalhadores manuais.

Dentro do campo da educacional, o debate sobre a década de 1930 está em torno da transformação da educação em local de formação de operários voltados para o processo de industrialização do Brasil nessa fase de implantação do capitalismo aos moldes internacionais. Como aponta Marise Nogueira Ramos:

“A história da educação no Brasil e a respectiva legislação – dimensão jurídica da condensação da correlação de forças que se instaura no Estado ampliado – são expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro e frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional.” (RAMOS, 2014, p.9)

Entendendo que a classe proletária não é finalizada nos funcionários do chão das fábricas, Vargas planejou transformações no campo da educação e saúde que levasse o seu projeto político para as famílias desta classe. Atrair apenas os trabalhadores à órbita de seu governo não iria garantir sua permanência no poder, por isso eram necessárias reformas que atingisse as crianças e adolescentes filhos dos trabalhadores. A forma de alcançar este público era a educação, que passou por diversas reformas ao longo dos quinze anos que Vargas esteve no poder. A criação do Ministério da Educação e da Saúde de 1930 e as propostas educacionais do período visaram capitalizar politicamente o jovem escolar nacional.

Busca-se aqui, entender o papel da educação no projeto de pacificação cívica dentro do primeiro governo Vargas. Para compreender com a importância do projeto educacional dentro deste governo, é importante, em primeiro momento, entender o que ocorria com os trabalhadores na década de 30, como os conflitos afetavam a governabilidade e como o projeto político de pacificação foi importante para criar estabilidade no poder.

O Estado e o trabalhador na década de 30

Tendo iniciado seu governo em 1930, Vargas não possuía uma planificação para os próximos anos, assim como não possuía uma classe hegemônica que pudesse impor seus interesses à nação. Porém, reconhecido os interesses da classe operária, alguma ação se tornava necessária, “(...)as agitações operárias dos primeiros anos da década de 1930 acabaram por ‘sensibilizar’ o governo em definitivo”. (FAUSTO, 1997, p.140). As medidas de cooptação desta classe se tornam parte prioritária do projeto estatal logo no início da década de 30.

Vargas entra na disputa do que Gomes (2005) chamou de palavra-operária, a representação dos interesses do trabalhador e, conseqüentemente, a sua tutela. Após décadas da classe proletária ser movimentada por setores da esquerda, era necessário agora encontrar uma forma de colocar esta classe na órbita do governo federal. Graças à valorização do trabalho e do trabalhador na década de 20, à prática do relacionamento com o patronato e todo um sistema de organização em partidos e sindicatos, a figura de trabalhador brasileiro já era existente, apesar de não existir um cidadão-trabalhador. “É com essa heterogênea herança que o Estado pós-30 irá lidar”. (GOMES, 2005, p. 30).

O projeto político que viria a cooptar a classe trabalhadora era necessário para garantir a governabilidade nos anos vindouros. Como afirma Parada:

Os grupos organizados em torno de projetos ideológicos, alguns deles claramente revolucionários, e tumultos pontuais causados por insatisfações localizadas, mas igualmente perturbadoras, faziam da praça públicas e das ruas uma fonte de constante instabilidade e um empecilho para a constituição de um padrão de governabilidade. A constância dos motins urbanos, das revoltas populares, das greves e dos levantes revolucionários fez parecer ao governo brasileiro que a paz pública seria algo difícil de se alcançar nestes anos. (PARADA, 2009, p.9).

Os conflitos tornavam urgente um planejamento para estabelecer a paz nas ruas brasileiras, ou ao menos reduzir o corpo da massa insatisfeita com as condições que se encontravam os trabalhadores naquele momento. Era necessário encontrar uma forma de

domínio público, de pacificação do conflito. Educar o indivíduo para o trabalho não era apenas garantir mão de obra, como afirma Gomes:

A preocupação com o ócio e a desordem era muito grande, e “educar” um indivíduo pobre era principalmente criar nele o “hábito” do trabalho. Ou seja, era obriga-lo ao trabalho via repressão e também via valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora e saneadora socialmente. (GOMES, 2005, p.26).

O Estado se torna mais um competidor na arena que disputava a tutela da classe, enfrentando a Igreja e os sindicatos de esquerda, que já estavam à anos ao lado do trabalhador.

Para centralizar as ações em torno do trabalho, foi criado em novembro de 1930 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, liderado por Lindolfo Collor. Este seria mais um órgão a catalisar os conflitos que se estabeleciam entre os diversos interesses políticos dos grupos envolvidos na Revolução de 1930. (GOMES, 2005). O primeiro passo se dá ainda em 1930, ao limitar a quantidade de estrangeiros que poderiam fazer parte da força de trabalho nacional e que entrariam no país.

Um bom exemplo da habilidade de manipulação ideológica, por parte dos dirigentes do Estado encontra-se na especulação com a origem dos trabalhadores, imediatamente após o movimento revolucionário. A gradativa preponderância quantitativa do operário brasileiro, como fruto da crescente migração interna, foi incentivada pela ‘lei da nacionalização do trabalho’ (Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930), estabelecendo a exigência de dois terços de empregados nacionais nas empresas e limitando a entrada no país de passageiros de terceira classe, o que provocou sensível declínio nas correntes migratórias. (FAUSTO, 1997, p.141).

A medida visava diminuir a taxa de desemprego dos brasileiros, mas também tinha sua preocupação em como os estrangeiros poderiam influenciar os trabalhadores locais. Fausto afirma que:

“[...]o chefe do Executivo acentuava “que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada dos estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para o aumento de desordem econômica e insegurança social”. (FAUSTO, 1997, p.141).

Nota-se que o governo já se preocupava com as influências sobre a classe trabalhadora, que poderiam vir a atrapalhar os planos do chefe do executivo de se manter no poder nos próximos anos.

Outra medida responsável por aproximar o trabalhador do Estado foi a Lei de Sindicalização, o decreto 19.770 de março de 1931. A lei criava uma série de condições para regularização dos sindicatos. Dentre as exigências para que um sindicato se tornasse regular, a lei requeria a abstenção aos sindicatos de quaisquer propagandas de ideologias sectárias de caráter político, religioso ou social, criando um espaço onde os líderes sindicais de esquerda e

os católicos não pudessem operar. Gomes (2005) afirma que a lei vinha transformar e ao mesmo tempo “concorrer” com o padrão de associações até então existentes no movimento operário.

A lei de sindicalização não obrigava o trabalhador a se filiar aos sindicatos regularizados, mas deixava claro a relação entre sindicalizado e recebimento dos direitos garantidos pela legislação social. Gomes (2005) afirma que sindicalização passou a ser abertamente estimulada e que ficava estabelecido que apenas os sindicalizados poderiam recorrer aos órgãos de Justiça.

Apesar destas movimentações por parte do Estado, os líderes de esquerda ainda gozavam de maior prestígio e respeito entre os trabalhadores, conseguindo ser mais influentes na classe. Estes anos foram de intenso conflito entre velhos e novos militantes, havendo pancadas e até tiros, além de diversas prisões entre 1931 e 1934. (GOMES, 2005).

Entre 1932 e 1934 o Ministério do Trabalho esteve sob comando de Joaquim Pedro Salgado Filho, responsável por promulgar parte das leis que regulariam as relações de trabalho no Brasil (GOMES, 2005). Este foi um período chave, pois foi neste momento que o Estado tomava para si a responsabilidade de organizar a constituição de 1934 e parte das leis trabalhistas que ainda não estavam em vigor “[...]tentando através dela desenvolver uma série de contatos entre ‘empregados’ e ‘empregadores’. Seu objetivo era ajustar os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica do ministério” (GOMES, 2005, p.164)

Com as crescentes intervenções nos sindicatos em 1934, contando invasão de suas sedes, destruições, espancamentos e prisões, ocorreu uma radicalização ideológica que aumentaria a mobilização da massa. Com a Lei de Segurança Nacional de 1935, o fracasso da ANL e a liquidação da Intentona Comunista, o projeto de pacificação da vida pública empreendido pelo Estado agora passava pela metodologia da repressão. A questão social passa a ser de ordem de segurança nacional, qualquer tentativa de conflito deveria ser reprimida e havia um inimigo objetivo: os comunistas.

A ação de repressão aos comunistas foi um dos importantes passos para a instalação do golpe de 1937. Com o silêncio das movimentações no seio interno da classe trabalhadora, o governo pôde criar seu próprio projeto de identidade operária. Ao estabelecer o Estado Novo a partir de um autogolpe, Vargas necessitava de um projeto de pacificação nacional. Continuidade dos projetos que vinham sendo construídos desde o início de seu governo, se mantinha o processo de desarticulação dos movimentos de esquerda, aproximação da classe operária a partir de leis trabalhistas e dos sindicatos próximos ao Estado e a criação de aparelhos de propaganda oficiais. Um dos claros exemplos é a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em 1939. Este projeto coloca o trabalhador como foco principal das ações

políticas do “trabalhismo”, projeto este, articulado e implementado pelo Estado. (GOMES, 2005, p.23)

Com o silenciamento do movimento sindical em 1937, este só voltaria a reaparecer na década de 40, em um contexto de ressurgimento de conflitos internos enquanto o Brasil se envolvia na Segunda Guerra Mundial. Porém desta vez o movimento ressurgia organizado pelo Estado, articulado principalmente pelo então ministro do trabalho e justiça, Alexandre Marcondes Filho. Sobre esta estratégia do Estado, Gomes afirma:

De uma forma sintética pode-se dizer que o principal objetivo visado era o estreitamento dos laços entre Estado e movimento operário via representação sindical. Esta ligação mais forte comportava, entretanto, dimensões contraditórias. De um lado, almejava-se um maior controle do ministério sobre o movimento sindical, mas, de outro, necessitava-se que este movimento fosse significativamente representativo no meio do operariado. Ou seja, não se buscava apenas o mero controle, mas a adesão e a mobilização, o que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real. (GOMES, 2005, p.187).

A educação na década de 30 e sua função na política nacional

Tão cedo quanto se preocupou com os rumos da classe operária no início do seu governo, Vargas também estendeu esta preocupação aos jovens. A educação é campo de disputa política desde o início da sua institucionalização, seja como exclusividade daqueles capazes de arcar com seus custos ou como local de capitalização política a partir de planejamentos educacionais propostos por governos que visam instalar a ideologia da classe dominante. Ao falar sobre as cerimônias cívicas, Parada aponta a preocupação sobre o jovem durante o Governo Vargas, pois este representava recurso político.

O jovem nacional foi preocupação constante das políticas públicas do Estado novo, e sua presença nas cerimônias cívicas tão constante quanto a dos trabalhadores ou dos militares, os três principais públicos a que as cerimônias estavam dedicadas. Se a questão do trabalhismo estava marcada pelo estabelecimento de uma aliança que sustentasse as condições de governabilidade no presente, as referências aos jovens estavam associadas à manutenção do regime no futuro. Sua inserção no imaginário do Estado Novo se fez a partir de discursos e ações que viam a juventude como recurso e reserva política que deveria ser cuidada. (PARADA, 2009, p.40-41).

Consolidada a posição dos trabalhadores no Estado Novo, o processo de transformações na educação se inicia ainda em 1930 com a criação do Ministério da Educação e da Saúde, liderado por Francisco Campos. Com a criação do ministério, o Estado tomava a posição de educador, responsável por organizar o regime educacional do país. “O MES detinha o monopólio sobre as políticas escolares, definindo conteúdos, programas, livros, etc.”

(PARADA, 2005, p.41). Em 1931 foi feita uma profunda reforma na educação, com a criação do Conselho Nacional de Educação, reorganização do ensino secundário e superior, instituição do ensino religioso no ensino público e organização e regulamentação do ensino comercial. A reforma foi batizada com o nome do ministro, Francisco Campos. (DALLABRIDA, 2015). O ministro justificava a reforma dizendo que "o mundo vive hoje sob o sinal do econômico, como já viveu em outros tempos sob o sinal do religioso e do político." (CPDOC, 2022). Assim havia a necessidade da reformulação do ensino para que os indivíduos fossem preparados técnica e profissionalmente para uma "sociedade de profissões".

Esta reforma foi a responsável por organizar o ensino e o tornar regular, centralizando a educação em torno da planificação do MES, nacionalizando a cultura escolar educativa e disciplinante. Apesar destas transformações, a educação idealizada por Francisco Campos era direcionada à formação das classes dirigentes, os filhos da elite e, em menor escala, da classe média.

O ensino secundário que surgia no início da década de 1930 era um ciclo de estudos longos e teóricos, que contrastava com os estudos curtos e práticos do ensino técnico-profissional ou normal. Naquele momento histórico o ensino secundário era, como afirmou o historiador francês Lucien Febvre, "o todo poderoso império do meio", que contribuía, decisivamente, para formar as elites dirigentes que se endereçavam aos cursos superiores – tanto na França como no Brasil. (DALLABRIDA, 2015, p.186).

Além da educação, o ministério também planificava medidas ligadas à saúde da criança, acompanhando-a desde a gravidez. O jovem se tornara um cidadão à ser moldado pelas instituições do Estado, visando sua capitalização política no futuro. Assim, "[...]a escola primária deveria deixar de ser um aparelho meramente intelectual e se transformar num 'sistema plasmador de personalidades ajustadas e produtivas'. (PARADA, 2005, p.42). O espaço escolar preparava o jovem para a vida em grupo, onde deveria ver na família, amigos, vizinhança, pátria, que seria sua família estendida, a sua razão de ser (PARADA, 2005).

A própria consciência da sua posição na sociedade era implantada ainda na escola, onde o aluno era preparado para a vida de produção de bens materiais. As atividades em grupo, divisão de tarefas, cooperação com fins objetivos, que resultavam em algum produto material deveriam ser fundamento da escola. "Isso prepararia um cidadão voltado para o grupo e produtor de riquezas, consciente da sua posição social e de seu papel". (PARADA, 2005, p.43).

A reforma Francisco Campos foi o primeiro passo de preparar a educação para a modernização nacional, criando um hábito burguês na educação integral e cultura educacional.

Em 1932 reformistas da educação instituíram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um manifesto que mostrava a preocupação de intelectuais da época sobre os rumos da educação. Requeria-se um sistema educacional completo com maior participação do Estado, educação comum para todos alunos, ensino laico e gratuito, democrático e acessível. O manifesto surgiu do debate entre escolanovistas e a Igreja, e foi publicado após a falta de consenso entre as duas partes. Porém, como apontam Boutin e Silva (2015):

As proposições da Escola Nova embora sinalizassem uma oposição as ideologias defendidas pelos representantes da Igreja católica para a educação, elas se assemelham por demarcam claramente a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e também contribuem para a instauração de uma formação diferenciada para a classe trabalhadora e outra para a elite. (BOUTIN e SILVA, 2015, p. 4492).

O embate entre Igreja e escolanovistas foi o pano de fundo para a construção da questão da educação na constituição de 1934, escrita por Francisco Campos. Os anseios de uma escola gratuita e acessível para todos não foi completamente atendido neste documento, assim como o ensino religioso permanecia como possibilidade dentro das instituições educacionais.

Em Parágrafo Único do Art. 150, relativo às responsabilidades da União, fica posto sobre o ensino primário: “a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;”. (BRASIL, 1934). O ensino secundário ainda era pouco acessível e não havia uma legislação clara sobre a questão do ensino técnico e profissional. Assim, apesar da obrigatoriedade da educação, o acesso ao ensino amplo era elitista. Por outro lado, Parada (2015) aponta que o ensino obrigatório ampliou a base de leitores do país e que a noção de ensino universal, recomendado pela escola nova, ganhou dimensão de política pública no Brasil a partir desta década.

Foi com a constituição de 1937 que a educação das classes mais baixas foi incluída oficialmente nas preocupações do Estado Novo, já numa configuração de classe operária pacificada. No art. 129 a educação das classes mais baixas ficava ao cargo do Estado, que destinava o ensino profissional a essas.

Art. 129 – [...]O ensino pré-vocacional profissional destinado as classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, 1937).

Além disto, delegava-se a criação de escolas de aprendizes à indústrias e sindicatos.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Segundo o Art. 130, o ensino primário permanecia gratuito, porém cobrando contribuição para aqueles que não pudessem alegar escassez de recursos. A educação tomava agora um caráter muito mais objetivo, claramente voltada para o desenvolvimento econômico e para a formação do cidadão-trabalhador, que compreendia sua função dentro da sociedade. O Art. 131 garantia a obrigatoriedade da educação física, ensino cívico e trabalhos manuais. Ainda neste sentido, seguia o Art. 132:

Art. 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. (BRASIL, 1937).

Ficava claro como a educação agora se tornara um preparativo para o mundo do trabalho. O ensino secundário e superior permanecia elitizado, e o ensino técnico e profissional se torna função do Estado, das indústrias e sindicatos de economia, perpetuando a posição dos filhos da classe proletária como trabalhadores manuais. Os futuros operários deveriam ser cuidados para que não houvesse contestação do poder. “Se as massas políticas do passado, devido a seus vícios, foram responsáveis pelas ‘ameaças’ à segurança da nação fazendo revoluções, as massas do futuro deveriam ser cuidadas e disciplinadas para não apresentar desvios e vícios.” (PARADA, 2005, p.41).

Ainda que sem acesso ao ensino secundário e superior, a garantia do acesso ao ensino primário garantia que os filhos da classe trabalhadora passassem pelo processo de inserção dos jovens na vida cívica, participando das cerimônias educacionais.

Na gestão de Gustavo Capanema no MES, foram instituídas as chamadas leis orgânicas do ensino de 1942, última grande transformação da educação durante o primeiro governo de Vargas. Estas leis atendem os anseios dos setores conservadores e aproxima o Estado da elite industrial. A aproximação da indústria se dá por meio da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, em janeiro de 1942, instituição que seria gerida pela Confederação Nacional da Indústria. O SENAI era responsável por organizar e administrar escolas de aprendizagem para industriários em todo país.

O principal expoente das leis orgânicas do ensino foi a organização do ensino industrial, destinada à jovens entre doze e dezessete anos que tivessem concluído o ensino primário. No decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, estabelece-se:

Art. 1º Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. (BRASIL, 1942).

O curso, com duração de quatro anos, era a versão do ensino secundário voltado para os filhos da classe operária, com objetivo de formação de trabalhadores manuais para a indústria e comércio. No contexto da guerra, para além da educação profissional, era também obrigatório aos homens o ensino militar. Apesar de passar pela reforma, o ensino secundário regular permanecia restrito às elites e parte da classe média. A divisão dos jovens de classes distintas em dois tipos de ensino era uma clara forma de manter cada um com as funções necessárias para a sociedade industrializada que se propunha naquele momento.

Considerações Finais

Quando se fala de questões ligadas à educação e emprego no Brasil hoje, os discursos políticos remetem à uma fortificação da educação básica e expansão da educação profissional com ofertas de mais vagas. Enquanto isto, atacam as ciências ligadas à educação e as instituições de formação ampla, principalmente a universidade pública. Fica claro, nos discursos neoliberais contemporâneos a urgência de se instalar uma educação privada, técnica e objetiva, voltada para a produção de mais-valia.

O debate sobre a educação no período analisado se concentra nas questões relacionados ao espaço social que tentava ser ocupado pelo governo e o desenvolvimento econômico voltado para a industrialização. O processo de institucionalização da educação profissionalizante no Brasil passa justamente pela necessidade da mão de obra qualificada para a atuação dentro das fábricas.

O caminho para a criação de uma classe proletária adestrada para os interesses da elite está, como visto, em projetos de pacificação da vida pública. Ramos (2014) aponta que “A formação da classe trabalhadora brasileira, do ponto de vista técnico e ideológico, era um aspecto estratégico para o país, seja em uma ou outra direção”.

O governo necessitava de um exército de trabalhadores que estivessem dispostos a agir dentro do modelo proposto. Para tal, a educação foi ponto fundamental desde 1930. A

centralização do modelo educacional e sua ampliação para todo território nacional foi um passo tão importante neste processo quanto a criação dos direitos trabalhistas e criação de sindicatos próximos ao governo. Como afirma Parada:

A concepção da criança como recurso político estava associada ao tema da segurança. Em várias peças de propaganda editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), frases de Getúlio Vargas junto com montagens fotográficas de registros obtidos nas cerimônias cívicas dedicadas à juventude explicitavam a relação que se procurava obter entre os dois termos. (PARADA, 2005, p.50).

O jovem escolar nacional foi posicionado ao lado do trabalhador e do militar como uma classe tão importante para o futuro quanto as outras duas. Assim:

[...]podemos dizer que o Estado Novo não se preocupou com o trabalhador, com o militar ou com a criança, mas sim com tecnologias de poder que incidiram sobre estes sujeitos sociais – no momento em que se transformavam em multidões – e que poderiam garantir a estabilidade e a soberania do Estado brasileiro em um momento considerado por ele mesmo como ameaçador. (PARADA, 2005, p.14)

Organizar os mecanismos de educação era ponto crucial e prioritário para o governo, por isto ter iniciado tão cedo. A obrigatoriedade do ensino e, mais tarde, o acesso gratuito ao ensino primário garantia que os jovens escolares participassem do processo educacional e suas práticas disciplinares.

O ensino primário gratuito era um passo importante para o caminho que seria aberto em 1942: o ensino industrial. Com a classe trabalhadora silenciada e pacificada a partir de 1937, era de crucial importância que seus filhos fossem educados com a disciplina esperada do cidadão do período. Porém, o Estado não poderia se dar ao luxo de oferecer à grande massa populacional uma educação emancipadora e que a permitisse compreender a situação em que se encontrava. Pelo contrário: dentro das instituições escolares estavam os ensinamentos da importância do trabalho, da produção do bem material, da “civildade” e do amor à pátria.

Ainda pensando a década de 1940, é importante frisar que a aproximação do Estado com a elite industrial deixava claro a posição do governo em relação ao futuro do trabalhador manual.

“As ideias da classe dominante são em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como

ideias, portanto das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideais do seu domínio (MARX; ENGELS, 2009 p. 67). ”

A classe dominante não dispunha somente dos meios de produção, mas agora tinha também acesso à instrumentos de “produção espiritual”. Assim, a educação técnica e profissional ocupa um espaço estratégico dentro da sociedade brasileira no primeiro governo Vargas. Ela garantia a perpetuação da classe proletária em seu estrato social. Porém não de forma violenta, mas como um mecanismo que convencia o trabalhador da importância da sua posição para o futuro da nação.

Referências

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em 16 set. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei orgânica do ensino industrial**. Rio de Janeiro, 1972. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13 jan. 2022.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Ruppel de. **As reformas educacionais na era Vargas e distinção entre trabalho manual e o trabalho intelectual**. In: EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Curitiba. Anais eletrônicos. p. 4486 – 4497. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_9811.pdf>. Acesso em 13/01/2022.

Reforma do ensino secundário. CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/ReformaEnsinoSecundario>>. Acesso em 13 jan. 2022.

Dallabrida, N. (2009). **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, 32(2).

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**. 23ª Reunião anual da ANPED, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **A ideologia Alemã**. Expressão popular. São Paulo: 2009

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166p. (Política e Sociedade)

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.